

Inquérito Civil nº 06.2016.00009050-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça firmatário, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com força no art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/00, além das demais disposições normativas correlatas, e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICIÊNCIA CRISTÃ – REDEH**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 86.324.860/0001-04, com sede na Rua 4 de outubro, nº 115, Centro, no Município de Taió/SC, neste ato representada por seu Presidente **Rogério de Abreu**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 2628823 e inscrito no CPF n. 800.160.149-87, residente na Rua Mirador, nº 806, Bairro Ponto Chic, no Município de Ibirima, e o **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede na Praça Del Comune, 126, Centro, no Município de Nova Trento/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **Tiago Dalsasso**, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00009050-0, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o art. 90, VI, "b" da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público e social, ao meio ambiente,

ao consumidor, à ordem econômica e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 5º, *caput*, assegura a todos o direito à vida, sendo este um direito basilar que abarca, necessariamente, duas acepções: de um lado, visa a garantir o direito de estar vivo, de defender a própria vida; e de outro, viabiliza o direito de uma existência digna;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (art. 197 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a saúde é direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º, *caput*, da Lei n. 8.080/90);

CONSIDERANDO que são princípios do Sistema Único de Saúde a gratuidade, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis e a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema (art. 7º, I e II, da Lei n. 8.080/90);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público denúncia de ausência de profissionais de saúde durante a realização de cirurgias no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, mormente nos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal;

CONSIDERANDO que durante inspeção a Diretoria de Vigilância Sanitária encontrou irregularidades, mormente a ausência de profissionais necessários durante a realização do procedimento e que os prontuários, de modo geral, não atendem ao contido no artigo 87 do Código de Ética Médica;

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO

Cláusula Primeira: este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto sanar as falhas identificadas no atendimento de assistência à saúde, prestado pelo Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, administrado pela Associação da Redeh de Beneficência Cristã – REDEH.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA REDEH

Cláusula Segunda: o **COMPROMISSÁRIO** se obriga, a contar da assinatura do presente Termo, a atender os pacientes com presteza e urbanidade, além de manter o funcionamento da unidade em perfeitas condições de limpeza e organização.

Cláusula Terceira: o **COMPROMISSÁRIO** se compromete, a partir desta data, a não realizar qualquer procedimento cirúrgico nas dependências do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, sem a presença da equipe técnica completa necessária para o ato (Equipe de Anestesia, Equipe de Cirurgia, Equipe de Enfermagem e Equipe de Limpeza).

Cláusula Quarta: o **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer, consistente em exigir do(s) médico(s) que presta(m) serviço(s) no nosocômio, o preenchimento correto e legível do prontuário médico, independente do meio – físico ou digital –, com os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, assinatura e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina;

Parágrafo Único: incumbe ao **COMPROMISSÁRIO** manter a supervisão permanente dos prontuários sob a sua guarda, visando manter a qualidade e preservação das informações neles contidos, especialmente no que se refere as obrigações contidas nesta Cláusula Quarta.

3. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Quinta: o **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC** assume o compromisso de auxiliar a **REDEH** na implementação das ações necessárias para o correto funcionamento do nosocômio, conforme as obrigações que foram pactuadas, **respondendo solidariamente com a cláusula penal convencionada**.

4. DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Sexta: o **COMPROMITENTE** poderá fiscalizar a execução deste acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias e demais providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelos **COMPROMISSÁRIOS** no prazo fixado na notificação ou requisição;

Parágrafo Único: eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, se necessário, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelos **COMPROMISSÁRIOS**.

5. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Sétima: em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das cláusulas do presente ajuste ficam os **COMPROMISSÁRIOS** obrigados ao pagamento de multa cominatória no importe de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

Parágrafo Primeiro: a multa é cumulativa e incidirá tantas quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período;

Parágrafo Segundo: o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação dos **COMPROMISSÁRIOS** para comparecimento na Promotoria;

Parágrafo Terceiro: não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

Parágrafo Quarto: além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos

facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

Parágrafo Quinto: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação;

Parágrafo Sexto: a multa prevista nesta Cláusula Sétima será, a partir da assinatura do presente termo, corrigida monetariamente pela Tabela da Corregedoria do TJSC, para preservação do seu valor e força coercitiva;

Parágrafo Sétimo: o **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC** responde solidariamente pelo pagamento da multa cominatória.

6. DA OBRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula Oitava: o Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial relacionada ao ajustado contra os **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

7. EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO

Cláusula Nona: a inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima ou a continuidade de posturas ilícitas pelos **COMPROMISSÁRIOS** facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

8. REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO

Cláusula Décima: o **COMPROMITENTE** e os **COMPROMISSÁRIOS**, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

9. POSSIBILIDADE DE PROTESTO:

Cláusula Décima Primeira: o presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os

efeitos que lhe são próprios, com base na autorização do art. 28, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

10. FORO DE ELEIÇÃO:

Cláusula Décima Segunda: elegem as partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente TAC.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula Décima Terceira: o presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

Cláusula Décima Quarta: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 4 (quatro) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 28 de outubro de 2021.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Rogério de Abreu
Presidente REDEH
Compromissário

Camila Gottardi
OAB/SC nº 29.652

Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal
Compromissário

Leôncio Paulo Cypriani
OAB/SC nº 5.491